

Parques tamanho **FAMÍLIA:**

Um novo olhar sobre a infância nas
Unidades de Conservação do Brasil



SEMEIA

Parques tamanho **FAMÍLIA:**

Um novo olhar sobre a infância nas
Unidades de Conservação do Brasil

Publicação idealizada pelo Instituto Semeia

COORDENAÇÃO GERAL

Joice Tolentino – Instituto Semeia

PRODUÇÃO DE CONTEÚDO:

Erika Guimarães – Aretê SocioAmbiental

COLABORAÇÃO:

Maria Isabel Amando de Barros – Instituto Alana

AGRADECIMENTOS:

Alexandre Cordeiro, Angela Pellin, Carla Guaitanele, Elaine Teixeira, Fernando Tatagiba, Felipe Martins, Ginessa Lemos, Isabela Abreu, Luccas Longo, Marcos Pivari e Maria Isabel Amando de Barros

DESIGN E ILUSTRAÇÕES:

AtivGreen

REVISÃO:

Isabela Santos – Bela Comunicação

[Novembro | 2021]

CITAR COMO:

Instituto Semeia. “**Crianças e Suas Famílias nos Parques:**
Um Guia para Promover um Novo Olhar sobre a Infância nas Unidades de Conservação do Brasil”. São Paulo. 2021.



Sumário

4

Introdução

10

Por que precisamos de mais crianças nos parques?

16

Recomendações para tornar as UCs amigas das crianças

30

Considerações finais

33

Referências

1. Introdução





O Brasil é um dos países mais biodiversos do planeta, com uma variedade de biomas, ecossistemas e espécies que se inter-relacionam com a sua diversidade sociocultural. Uma parcela importante dessa riqueza ambiental e cultural está salvaguardada pela nossa rede de áreas protegidas, considerada uma das mais extensas do mundo. Segundo o Painel Unidades de Conservação Brasileiras¹, existem atualmente no país 2.446 unidades de conservação (UCs) que ajudam a proteger mais de 255 milhões de hectares. Há que se destacar que esse número é maior do que demonstram os dados oficiais, já que ele não inclui as UCs criadas na esfera dos municípios – muitas das quais não inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (Cnuc). Por essa razão, as UCs municipais estão, de certa maneira, invisíveis aos processos de tomada de decisão. Dados da SOS Mata Atlântica² apontam para a existência de mais de mil UCs municipais no bioma, que se somam a outras 312 já mapeadas no Cerrado, segundo levantamento realizado com apoio do Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos (CEPF)³.

Além da proteção de espécies e habitats, essa rede de UCs tem um papel essencial na promoção de pesquisa científica ligada à biodiversidade e na formação de novos cientistas e profissionais na área socioambiental. Ela também oferece oportunidades de educação ambiental, recreação e lazer em contato com a natureza e contribui, ainda, para o desenvolvimento econômico local e regional. Tal desenvolvimento advém das cadeias produtivas associadas à sociobiodiversidade nas UCs de uso sustentável e/ou do turismo e da visitação pública, permitida em todas as categorias de UCs (embora em algumas delas, apenas com finalidade educacional) e em outras modalidades de áreas protegidas.

A visitação e o turismo em UCs servem como indutores para o desenvolvimento sustentável e para o fortalecimento econômico das regiões onde estão inseridas, além de ampliar a visibilidade e o apoio político-social para a preservação das áreas protegidas (MMA, 2020). Nos últimos anos, a visitação teve crescimento relevante decorrente, dentre outros fatores, da melhoria na gestão das unidades, com ampliação e diversificação de atrativos, trilhas e outras atividades promovidas por parques e reservas. Em 2018, as UCs federais receberam mais de 12,4 milhões de visitas, o que representou um aumento de 16% (1,7 milhões de ingressos) em relação ao recorde do ano anterior (2017), que foi de 10,7 milhões. Os visitantes desembolsaram por volta de R\$ 2,4 bilhões nos municípios de acesso às UCs. Tais gastos certamente colaboraram para a criação de cerca de 90 mil empregos, movimentaram aproximadamente R\$ 10,4 bilhões em vendas, R\$ 2,7 bilhões em renda e R\$ 3,8 bilhões em valor agregado ao PIB (Beraldo & Simões, 2019). Ademais, vale salientar os benefícios indiretos resultantes da visitação, como a geração de impostos (sobre vendas diretas e remuneração), que somam perto de R\$ 1,1 bilhão em tributos municipais, estaduais e federais. Dados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão responsável pela gestão das UCs federais no Brasil, mostram que cada R\$ 1 investido no órgão produziu R\$ 15 em benefícios econômicos para o país (Beraldo & Simões, 2019).

Os visitantes desembolsaram por volta de R\$ 2,4 bilhões nos municípios de acesso às UCs.

Esses números dão uma dimensão da importância e das oportunidades econômicas associadas ao uso público das unidades de conservação.

Para fazer frente a essas oportunidades, muitas UCs vêm buscando ampliar parcerias com as comunidades locais e o setor privado, por meio das concessões de serviços de apoio à visitação. Em 2021, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) lançou um programa específico para atrair investimentos privados em UCs, com a expectativa de atingir um total de 36 UCs concessionadas. Entre os serviços disponibilizados às empresas estão a implantação e gestão de centro de visitantes, estacionamentos, lanchonetes, restaurantes e até instalações de hospedagem. Esses investimentos devem possibilitar não apenas a melhora na oferta de infraestrutura e serviços, bem como na experiência dos turistas, fomentando, assim, o círculo virtuoso da geração de emprego e renda atrelada à agenda de conservação.

Dados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), responsável pela gestão das UCs no Brasil, mostram que cada R\$ 1 investido no órgão produziu R\$ 15 em benefícios econômicos para o país.

Um estudo realizado pelo Banco Mundial corrobora essa visão. O texto sugere que investir em ecoturismo inclusivo nas áreas protegidas pode ser fundamental para transformar economias cambaleantes e argumenta que os países deveriam priorizar esse tipo de investimento em seus programas de recuperação econômica pós-Covid-19 (The World Bank, 2021). Os autores afirmam que, em 2019, cada dólar aplicado pelos governos no turismo de natureza em áreas protegidas obteve uma taxa de retorno financeiro pelo menos seis vezes maior. Os benefícios desse tipo de aporte, entretanto, transcendem o campo das finanças. A crise sanitária debelada pela pandemia de COVID-19 pela qual passamos traz uma oportunidade ímpar: transformar a abordagem econômica que nos levou ao desequilíbrio e moldar políticas verdes e inclusivas para uma recuperação sustentável, com um futuro mais promissor para as áreas protegidas e melhores perspectivas de bem-estar humano (Hockings et al., 2020).

No Brasil a taxa de urbanização saltou de 45% em 1960 para 81% em 2000 e hoje está em torno de 85%, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Além da oferta de água, da manutenção da qualidade do ar e do solo, dos alimentos e medicamentos, tem crescido o número de pesquisas que demonstram que a saúde e o bem-estar humanos dependem da biodiversidade e de ecossistemas estáveis, que fornecem os serviços ecossistêmicos essenciais para sustentar a nossa própria existência. Uma revisão liderada pela Convenção da Diversidade Biológica (CDB), em parceria com a Organização das Nações Unidas (ONU), aponta inúmeras evidências que destacam a contribuição do meio ambiente para promover uma melhora nos estados de ânimo e bem-estar humano. Segundo esse estudo, a experiência na natureza está associada a um incremento em vários índices de saúde, como a diminuição da pressão arterial, a redução dos hormônios associados ao estresse, a melhora dos batimentos cardíacos, do humor, da função cognitiva, dentre outros aspectos (WHO & CDB, 2015).

Em um mundo cada vez mais urbanizado, o desafio de reconectar sociedade e natureza se agrava. No Brasil, a taxa de urbanização saltou de 45% em 1960 para 81% em 2000 e, hoje, está em torno de 85%, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)⁴. Além das mudanças na organização socioespacial, a crescente urbanização traz implicações importantes para a qualidade de vida das populações de diferentes faixas etárias e contextos socioeconômicos, já que viver na cidade favorece um estilo de vida

mais sedentário e submete as pessoas a níveis mais elevados de poluição e estresse. À medida que as sociedades passaram a viver cada vez mais apartadas dos ambientes naturais, a sua conexão com “o mundo mais que humano” diminuiu, os desafios ambientais se multiplicaram e as influências para o estranhamento entre pessoas e natureza se intensificaram (Pyle, 2003).

Diante disso, saltam aos olhos os impactos provocados em um público em especial: as **crianças**. Nas últimas gerações, a infância mudou para dentro de casa. Em média, as crianças de hoje passam até 44 horas por semana na frente de uma tela e menos de dez minutos por dia brincando ao ar livre e em contato com os elementos naturais⁵. Pyle chama essa perda de contato e de oportunidades de conexão íntima e profunda com as coisas naturais de “extinção da experiência”: um ciclo inexorável de desconexão, apatia e desvalorização progressiva (Pyle, 2003). E, além das implicações relacionadas à saúde e ao bem-estar, de certa maneira o distanciamento dos elementos naturais do dia a dia das crianças torna-os extintos de seu repertório, de suas possibilidades, já que há uma separação emocional entre eles. O jornalista americano Richard Louv, autor do livro “A última criança na natureza”, cunhou o conceito de “síndrome de déficit de natureza” (Louv, 2016), justamente para descrever esse fenômeno e os consequentes impactos negativos na saúde e no bem-estar das crianças e do planeta. Se

considerarmos que muitas crianças urbanas sequer têm a oportunidade de experimentar a vida longe das cidades, da poluição, dos ruídos e dos riscos impregnados nesse ambiente, o apelo do tema se faz ainda mais relevante.

Em face a esse desafio nasceu a ideia de produzir esta publicação: um guia potente e esclarecedor destinado a colaborar com o *desemparedamento da infância* (Barros, 2018). Afinal, acreditamos contundentemente que as áreas protegidas podem ser parte da solução. Ampliar a presença das crianças e suas famílias nas unidades de conservação e outras áreas protegidas deve ser um dos caminhos para reconstruir a relação das crianças com a natureza e ajudar a construir um futuro mais saudável, solidário e sustentável. E, para tanto, parques e reservas devem estar preparados para oferecer espaços, oportunidades e experiências.

Assim, este guia é dirigido a gestoras e gestores de unidades de conservação e outras áreas protegidas e pretende apontar caminhos para tornar o uso público e a visitação mais inclusivos, interessantes e convidativos para as crianças. Não pretendemos, contudo, esgotar o assunto, mas apresentar uma série de reflexões e recomendações inspiradas na experiência de outros países, de especialistas, ambientalistas e de mães e pais que vêm experimentando o uso público das UCs com suas crianças.

Uma interação frequente com o ambiente natural ainda durante a infância tem ressonâncias significativas na vida adulta, enaltecendo o valor das vivências em meio às áreas verdes (principalmente nos primeiros anos de vida), de modo que tais experiências têm um papel essencial na assimilação de atitudes sustentáveis em longo prazo (Guitsi et al. 2018). Ou seja, a experiência nas áreas protegidas pode e deve ser um gatilho crucial para promover essa conexão. Concentrar atenção e esforço no planejamento desses espaços pode ser um caminho importante para construir valores éticos frente às questões ambientais e, por conseguinte, contribuir para alcançar sociedades saudáveis.

O conteúdo reunido nesta publicação foi dividido em três seções. A primeira traz uma problematização do cenário atual, refletindo sobre porquê precisamos de mais crianças nos parques e de parques com estrutura adequada e acolhedora para os pequenos e suas famílias. Vamos falar sobre as principais barreiras de acesso e discutir normas e incentivos para se ampliar a adequação dos parques a este público. A segunda seção vai trazer algumas recomendações para eliminar as barreiras para a presença de crianças e suas famílias em UCs, a partir de infraestruturas existentes, como centros de visitantes, atrativos naturais acessíveis para crianças, estruturas de apoio que favorecem a visita do público infantil a esses espaços, além da importância de atividades direcionadas à família e de campanhas e outras ações de comunicação. E, por último, uma seção com considerações finais sobre o tema, indicações de leituras e programas que inspiraram a visão que norteou este guia. Desse modo, ele pretende conectar dois temas urgentes e imprescindíveis para o futuro de qualquer nação: **crianças e unidades de conservação**.



2. Por que precisamos de mais crianças nos parques?





Pela primeira vez na história, a maior parte da população global vive em áreas urbanas, o que inclui cerca de 55% das crianças de todo o mundo – um contingente de 1,5 bilhão (Unicef, s/d). E, com isso, seja por escolha ou por necessidade, muitas delas estão crescendo apartadas dos elementos da natureza, com consequências que ainda não foram bem dimensionadas. Dentre os efeitos da urbanização estão o distanciamento da natureza, a redução das áreas naturais, a diminuição dos quintais domiciliares e escolares e a falta de segurança e qualidade dos espaços públicos ao ar livre. Esses são alguns dos fatores que levam adultos, jovens e crianças a passar a maior parte do tempo em ambientes fechados, o que impõe um ônus muito alto para o desenvolvimento saudável do público infanto-juvenil e, por conseguinte, para a saúde do planeta. Já é tempo de reconhecer que o bem-estar de crianças e adolescentes e a saúde da Terra são interdependentes (Louv, 2016).

**Já é tempo de reconhecer
que o bem-estar de
crianças e adolescentes
e a saúde da Terra são
interdependentes.**

Brincar na areia, subir em árvores, construir cabanas e encontrar os amigos ao ar livre são experiências importantes que permitem estabelecer conexões positivas com a vida e com o outro (Barros, 2019). O grupo de trabalho em Saúde e Natureza da Sociedade Brasileira de Pediatria publicou, em parceria com o programa Criança e Natureza do Instituto Alana, um manual de orientação para pediatras e famílias, em que relaciona falta de oportunidades de brincar e aprender com a – e na – natureza a problemas de saúde na infância e na adolescência, como miopia, sedentarismo-obesidade, hiperatividade, baixa motricidade, falta de equilíbrio, de agilidade e de habilidade física (Barros, 2019). De acordo com a publicação, nos últimos anos um conjunto relevante de pesquisas vem demonstrando que o convívio com a natureza na infância e na adolescência melhora o controle de doenças crônicas como

diabetes e asma. Ele também beneficia o desenvolvimento neuropsicomotor e reduz os problemas de comportamento, além de equilibrar os níveis de vitamina D com a exposição sadia ao sol. O contato com o meio natural colabora, ainda, para o bem-estar socioemocional das crianças, já que favorece a redução do estresse, da raiva e da agressão e melhora as habilidades de relacionamento. Ademais, fomenta a criatividade, a iniciativa, a autoconfiança, a capacidade de escolha, de cognição, de tomar decisões e resolver problemas – o que, por sua vez, contribui para o desenvolvimento de múltiplas linguagens e aprimora a coordenação psicomotora. Isso sem falar nos benefícios mais ligados ao campo da ética e da sensibilidade, como encantamento, empatia, humildade e senso de pertencimento (Barros, 2019; Unicef, s/d.; *World Urban Parks: Children, Play and Nature Policy Statement*, 2018).



Brincar na areia, subir em árvores, construir cabanas e encontrar os amigos ao ar livre são experiências importantes que permitem estabelecer conexões positivas com a vida e com o outro.



Além dos impactos positivos para a saúde, as evidências também apontam que experiências significativas e de conexão com a natureza na infância estão associadas a comportamentos favoráveis ao meio ambiente na vida adulta. São, portanto, essenciais para gerar maior valorização, apoio e ação para a conservação da biodiversidade entre diferentes gerações, setores e sociedades (CDB, 2018; *World Urban Parks: Children, Play and Nature Policy Statement*, 2018).

Vale ressaltar que o direito à natureza é assegurado pela Constituição Brasileira, por meio do seu artigo 225, o qual estabelece que “todos os brasileiros e brasileiras têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida” e impõe ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. A Constituição também preconiza, em seu artigo 227, que a infância deve ter prioridade absoluta na definição e implantação de políticas públicas e declara que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem o direito à vida, à saúde, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, colocando-os a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração e violência. Além do respaldo constitucional, várias instituições e órgãos internacionais que defendem direitos da infância e tratam das questões ambientais estão pautando a importância dessa integração entre infância e natureza.

De um lado, a Convenção das Nações Unidas Sobre os Direitos da Criança⁶, em seu artigo 31, garante o direito ao lazer e a uma educação que desenvolva o respeito ao meio ambiente. Do outro, a Convenção da Diversidade Biológica (CDB)⁷ [divulgou um documento em que traz uma série de recomendações](#) para ampliar a conexão

entre pessoas e natureza, com destaque para o papel das crianças. Inspirados pela Promessa de Sydney⁸, os participantes do Fórum *Parks for the Planet* (Parques pelo Planeta), convocado pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) e parceiros, lançaram a Declaração de Salzburg⁹, que alerta para o fato de que todas as crianças devem ter acesso aos benefícios trazidos pelo convívio com a natureza e propõe uma nova agenda para priorizar o desenvolvimento saudável nas cidades, com recomendações sobre como torná-las mais verdes e como envolver as crianças no planejamento de espaços naturais. A IUCN [aprovou uma resolução](#) que defende o direito das crianças de se conectar com um ambiente saudável e, em parceria com a *National Parks Foundation*¹⁰ e a *World Urban Parks*¹¹ publicou, inclusive, um documento intitulado “[Children, Play and Nature Policy Statement](#)” (Declaração Política sobre Criança, Brincadeira e Natureza), que busca advertir e convocar os países membros a promoverem mais oportunidades para o brincar ao ar livre, enaltecendo o papel dos parques urbanos nesse contexto.

Todo esse movimento vem contribuindo para colocar a criança no centro das atenções dos gestores de áreas protegidas. Em 2019, “*kids outdoor*” (crianças ao ar livre) foi o tema da Semana Mundial de Parques, promovida pela Comissão Mundial de Áreas Protegidas da IUCN e por seus parceiros. No mesmo espírito, a campanha [Um Dia no Parque](#), organizada em 2020 pela Coalizão Pró-UC¹² – que busca engajar a sociedade civil em favor das áreas protegidas no Brasil – preparou uma seção específica com orientações sobre como atrair a visita de crianças e suas famílias nas unidades de conservação. A sociedade parece, enfim, ter despertado para o tema, embora ainda haja muito o que avançar.



Devido à inexistência de estatísticas oficiais segmentadas sobre o perfil do público que visita as áreas protegidas no Brasil, não é possível dimensionar a presença de crianças e famílias nas UCs de um modo geral. Todavia, é certo que há uma grande oportunidade de se ampliar essa presença. Para isso, é preciso incorporar nos programas de uso público as demandas e especificidades que atendam esse perfil de visitantes. E não estamos falando apenas de iniciativas relacionadas à educação ambiental formal e informal – que, por sinal, é uma abordagem muito importante para a formação de crianças e jovens –, mas, também, da oferta de alternativas de entretenimento e lazer, que favoreçam a coesão familiar e o convívio social. Há que se abrir espaço para atividades contemplativas, autoguiadas, que permitam o brincar livre na natureza, a observação e o contato com o sutil, o silêncio, as texturas, formas, cores, sabores e odores que a natureza oferece.

O ICMBio tem trabalhado com o Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação (Rovuc), uma ferramenta que orienta o processo de planejamento do uso público. Ele pode ser utilizado tanto para inventariar as diversas oportunidades de visitação existentes ou potenciais, quanto para auxiliar na diversificação, guiar a implantação e promover o manejo mais adequado dos ambientes naturais de forma a proporcionar as experiências de visitação desejadas nas UCs (MMA, 2020). A abordagem é interessante

porque, entre outros motivos, sugere que o planejamento da visitação seja feito com base na experiência que se deseja oferecer e que leve em consideração as expectativas dos visitantes.

Assim como acontece com outros grupos de usuários de UCs, existem distintos perfis de famílias que frequentam (e podem vir a frequentar) essas áreas e, não raro, buscam experiências diferentes. No entanto, algumas barreiras são comuns aos vários perfis e limitam a visitação nas unidades de conservação de maneira geral.

Um estudo sobre as percepções dos pais acerca das restrições ao envolvimento da família em experiências na natureza (Shaw et al., 2015) revela que o medo e a carência de conhecimento prévio são alguns desses entraves. Os pais citaram o receio do desconhecido, a falta de vivência anterior e as preocupações com a saúde e a segurança de seus filhos como obstáculos para a participação em atividades em ambientes naturais.

Já aqui no Brasil há, ainda, um certo desconhecimento sobre a existência de parques e reservas e uma relativa escassez de informação acessível e disponível (inclusive na internet e redes sociais), bem como de campanhas de comunicação divulgando as UCs e suas oportunidades de engajamento em atividades na natureza.



A comunicação interna, que envolve a maneira como a equipe da UC se relaciona com os visitantes, entretanto, talvez seja um dos aspectos mais importantes a ser observado. As crianças têm uma curiosidade inata pelo mundo e seus corpos precisam de expansão. E de um modo geral existe uma certa intolerância, falta de disposição e preparo para acolhê-las em alguns ambientes e contextos sociais. Embora pareça trivial, levar isso em conta pode ajudar no relacionamento e na preparação de espaços e ambientes convidativos para as crianças e suas famílias, aumentando as chances de que elas desfrutem de uma boa experiência e tenham o desejo de retornar e de conhecer outras unidades. Nesse sentido, cabe avaliar proibições desnecessárias (subir em árvores, por exemplo), aceitar atitudes que podem ser consideradas incomuns (como deitar na grama, tocar nos objetos, se molhar, falar mais alto etc.) e evitar uma comunicação negativa com excessos de palavras como “proibido” e “não”. Naturalmente, não se trata de revogar regras e promover excesso de permissividade, mas de encontrar um equilíbrio adequado e ajustar a linguagem.

Outro fator fundamental é a segurança. Para aventurar-se no mato com crianças, muitas famílias buscam a garantia de que o local é seguro, isto é, de que possui uma vigilância mínima que diminua o risco de assaltos e outras intercorrências. E, apesar de haver famílias mais aventureiras e mais bem preparadas para imprevistos, a falta de um plano de emergência estruturado, com orientações sobre hospitais próximos, disponibilidade de soro antiofídico e outras recomendações no caso de acidentes pode ser mais uma barreira.

A inexistência de uma infraestrutura de apoio também pode ser um entrave para muitas famílias. Banheiros limpos, espaço adequado para troca de fraldas, para amamentar e para aquecer a comida dos pequenos, um local à sombra para fazer refeições breves etc. Tais estruturas auxiliam na atração desse público e tendem a propiciar uma experiência positiva.

Para algumas famílias a disponibilidade de guias especializados é um diferencial que ajuda a tornar a visita mais segura e, em muitos casos, mais atrativa para as crianças. A companhia de outras crianças favorece igualmente o interesse pelo passeio e pela aventura. Portanto, quanto mais amigável e frequentada por crianças e famílias for a UC, maior será o seu potencial de sedução sobre esse público.

Ocorre que as barreiras descritas como sendo limitadoras da presença de crianças e jovens, de seus cuidadores e de suas famílias nas UCs são bastante compatíveis com as demandas de outros grupos sociais que frequentam essas unidades. Pequenos ajustes na estrutura e na abordagem podem fazer toda a diferença para engajar o público infanto-juvenil. Tratar crianças e jovens como prioridade no desenho e na gestão do uso público em parques e outras unidades de conservação é um desafio importante para alcançar o mútuo benefício de ter, cada vez mais, crianças de todas as idades em contato com as nossas áreas protegidas e conservadas.

3. Recomendações para tornar as UCs amigas das crianças



“... habitar o aberto é habitar um mundo-tempo no qual cada ser pode ser destinado a combinar vento, chuva, sol e terra na continuação da sua própria existência...”

(INGOLD, 2015).



Tornar as UCs mais atraentes para as crianças, os jovens e suas famílias e fazer com que se sintam bem-vindos é uma necessidade premente que deve integrar o esforço de ampliar a visitação nas áreas protegidas brasileiras. É fundamental pensar no planejamento e no desenho de ações que assegurem o acesso de crianças e adolescentes aos parques e reservas, lançando mão de uma gestão empática, de uma comunicação amigável e de mensagens e programas adequados às diferentes faixas etárias.

Entretanto, com uma breve mirada pelas normativas e documentos técnicos que tratam do uso público, é fácil constatar que a palavra “criança” raramente aparece. Assim, vale reforçar que o empenho para essa inserção deve ser respaldado pelos instrumentos que norteiam a gestão e o uso público da unidade, como instruções normativas, planos de manejo, planos de uso público, estudos de viabilidade para concessão de serviços de visitação, dentre outros. Os benefícios são

recíprocos e amplificam o apoio social para as UCs, além de proporcionar às crianças a garantia do direito à natureza e a todas as benesses associadas, já destacadas nas seções anteriores desta publicação.

A proposta deste guia é contribuir com esse desafio. A seguir, são apresentadas algumas recomendações que pretendem orientar gestoras e gestores rumo a uma aproximação que transforme os parques e demais UCs em amigos das crianças. As medidas apontadas são de baixa complexidade, mas podem ser muito efetivas. E vale lembrar: não é preciso seguir todas as sugestões para tornar os parques aptos a receberem o público infantil. Poucos ajustes no dia a dia da gestão já fazem a diferença. Portanto, comece pequeno e por aquilo que estiver ao seu alcance. Dê o primeiro passo! À medida que mais crianças visitarem as unidades de conservação, mais aprendizados elas trarão para a equipe gestora. E o monitoramento da visitação certamente renderá bons aperfeiçoamentos ao processo.

Ademais, cada UC pode pensar em estratégias de gestão que colaborem para o aumento da escala das ações implementadas, como a divulgação das atividades propostas nas secretarias de educação, saúde, meio ambiente e turismo dos municípios do entorno, as parcerias com organizações locais, o apoio do comércio, das concessionárias e das comunidades vizinhas, dentre outras medidas. É importante levar em conta crianças que vivem nas comunidades próximas, bem como famílias periféricas e em situação de vulnerabilidade. Para elas, o ganho da relação saúde e natureza pode ser ainda maior.

Assim como a responsabilidade pelas áreas protegidas deve ser compartilhada pelos diferentes setores da sociedade e contar com o engajamento dos cidadãos, a proteção das infâncias também é obrigação de todas e todos. É preciso que façamos dos parques locais seguros com infraestrutura adequada para uma experiência na natureza, que sejam reconhecidos como espaços educadores e pontos de encontro que promovem oportunidades incríveis para o brincar livre e para a construção de memórias afetivas. No longo prazo, isso seguramente vai favorecer um apoio social ampliado e incentivar a plena

defesa do patrimônio natural e dos valores socioculturais que essas áreas ajudam a conservar.

Segurança

Segurança é um fator primordial para todos os usuários e mais ainda para famílias com crianças. A existência de uma portaria, de vigilantes e outros funcionários oferecendo apoio aos visitantes reforça que a área protegida é um lugar seguro. Isso é válido tanto para visitas diurnas a locais mais afastados, quanto para travessias e áreas de *camping* dentro de unidades de conservação. Convém elaborar um plano de segurança que contemple a indicação de hospitais próximos (para o caso de incidentes mais graves), rotas de fuga, nomes de pessoas que podem ser contactadas em caso de sinistros e acidentes, funcionários treinados em primeiros socorros, disponibilidade de soro antiofídico etc. É importante que essas informações estejam acessíveis aos visitantes, sinalizadas nos materiais de divulgação da UC, nos sites, nas bilheterias, nos acessos e em trilhas das unidades.



Segurança é um fator primordial para todos os usuários e mais ainda para famílias com crianças.



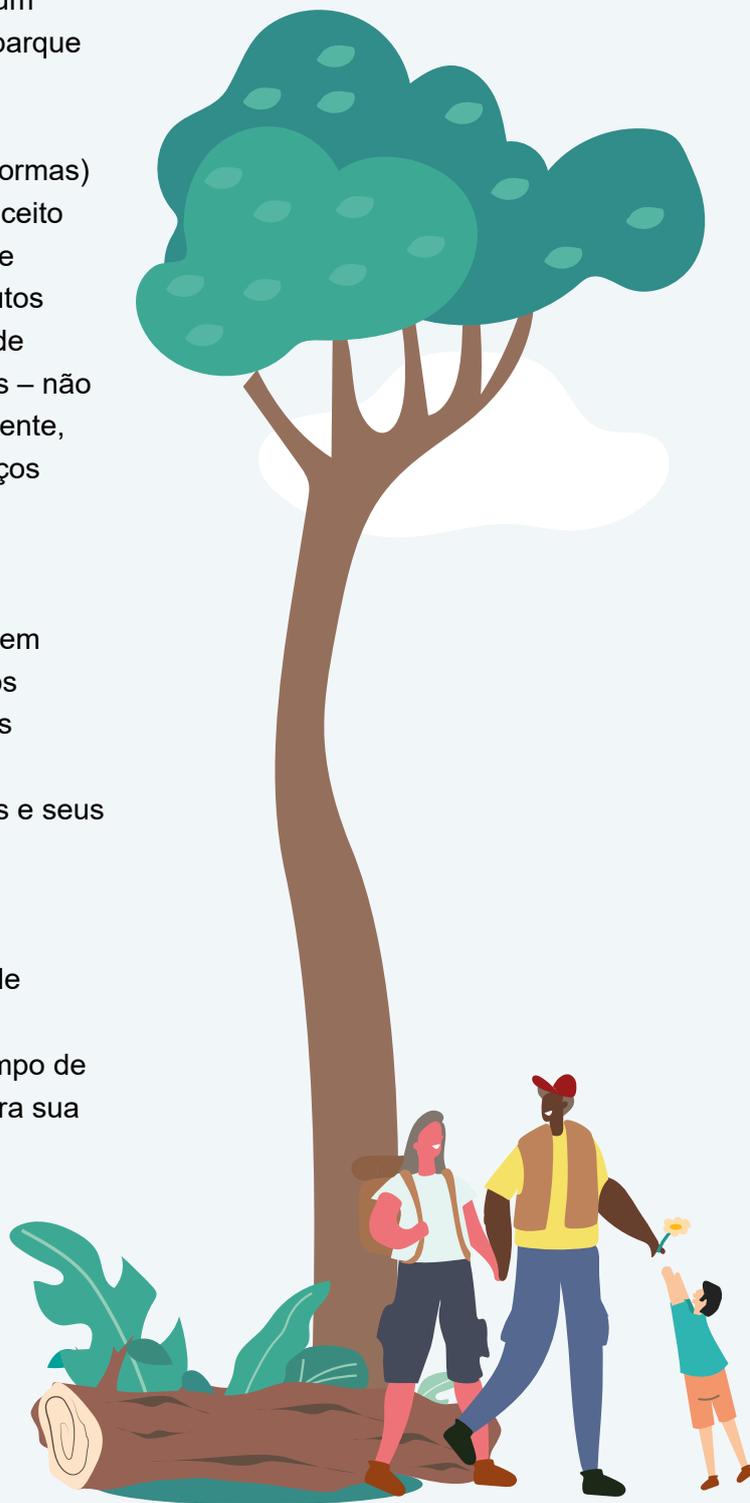
Centro de visitantes

O centro de visitantes é o local das boas-vindas aos visitantes das UCs e onde se pode obter informações sobre a unidade, seus programas e atrativos. Algumas famílias vão começar a visita por ali e frequentar apenas essa área e o seu entorno imediato, de modo que ele deve ser um ponto de apoio essencial durante a permanência no parque (oferecendo banheiro/fraldário, água potável etc.).

É fundamental planejar ou ajustar (na previsão de reformas) a infraestrutura do centro de visitantes a partir do conceito de Desenho Universal¹³. Isso garante a universalidade no acesso às estruturas e aos ambientes e nos produtos e serviços oferecidos pela UC. Dessa forma, a unidade poderá atender às necessidades de todas as pessoas – não apenas das crianças. Isso não significa, necessariamente, criar espaços exclusivos, mas tornar os demais espaços inclusivos.

Estruturas como rampas de acesso que permitem a passagem de carrinhos de bebê e cadeiras de rodas em segurança, além de maçanetas, torneiras, bebedouros e outros itens numa altura fácil e segura para crianças menores são alguns exemplos daquilo que pode ser observado para melhorar a experiência dos pequenos e seus cuidadores.

Vale refletir também sobre os itens que compõem as exposições permanentes e temporárias dos centros de visitantes (telas, maquetes, animais taxidermizados, fotografias, mapas etc.), as quais devem estar no campo de visão das crianças e utilizar linguagem apropriada para sua compreensão.



Banheiros e fraldários

As famílias valorizam e necessitam de banheiros organizados e higienizados, que possibilitem a autonomia infantil. O fraldário – com espaço para troca e descarte correto de fraldas, chuveiros e duchas para um eventual banho em crianças – deve ser acessível para pais e mães (e não apenas para mães, como normalmente ocorre).

Espaços para amamentação

Mulheres que amamentam serão melhor acolhidas se dispuserem de um local abrigado, com assentos confortáveis onde possam fazer uma pausa para amamentar. Pode haver uma sinalização que legitime a relevância do aleitamento materno e reforce que o parque é “amigo da amamentação”. Esses espaços podem estar disponíveis no centro de visitantes e em seu entorno, bem como em pontos de apoio ao longo das trilhas e em outros atrativos da UC. No caso das trilhas, basta uma estrutura simples, como, por exemplo, uma cabana de madeira e cadeiras de praia – o mais importante é a comunicação inclusiva e acolhedora.

É importante ressaltar que não se trata de criar salas exclusivas para amamentação – já que amamentar em público é um ato legítimo e um direito garantido às mulheres pelo Estatuto da Criança e do Adolescente¹⁴. A ideia aqui é criar, nos atrativos e demais ambientes, um espaço receptivo e convidativo para essa prática.

Aderir a campanhas, como a [Semana Mundial do Aleitamento Materno](#), pode ser uma boa maneira de incentivar a amamentação e de atrair crianças para as UCs.

Estrutura para alimentação e áreas de piquenique

Crianças precisam de alimentação e hidratação adequadas enquanto brincam ou passeiam na natureza. Assim como os fraldários e os espaços para amamentação, parques amigos das crianças devem contar com estrutura de apoio para alimentação (quiosques, lanchonetes e restaurantes) que ofereça opções saudáveis de lanches e refeições, como sucos e frutas.

Convém também disponibilizar espaços apropriados para piquenique, com topografia propícia para colocar as toalhas no chão, além de bancos, mesas e cadeiras, lixeiras e banheiros por perto. Outras estruturas como quiosques e redário são bastante atraentes para um passeio em família.

Os parques devem estimular que as famílias realizem pequenas celebrações na UC, como festas de aniversário ao ar livre. Comemorar o aniversário em uma UC, além de uma ideia original, pode ser uma ótima maneira de incentivar o convívio social e de construir memória afetiva nesses espaços. Em muitos casos, esses festejos serão a porta de entrada para famílias e crianças que pela primeira vez adentrarão as unidades de conservação.



Área de piquenique no *Holliday Lake State Park* (Estados Unidos).
Foto: Virginia Department of Conservation and Recreation / CC BY-NC-SA 2.0

Parques naturalizados

Ter um ou vários parquinhos espalhados por pontos estratégicos da UC é um sinal de que as crianças foram consideradas no planejamento do uso público da unidade. Ao invés de estruturas artificiais, com brinquedos plásticos e coloridos, recomenda-se a implantação dos chamados ‘parques naturalizados’. São espaços ao ar livre construídos com elementos naturais, repletos de possibilidades de interação, exploração, movimento e criação, que incentivam o brincar livre, o prazer de estar a céu aberto, a convivência e o vínculo com o espaço público e com a natureza.

A concepção dos brinquedos, mobiliários e instalações é baseada em componentes da paisagem natural, como árvores, arbustos, pedras, água, galhos e terra. O intuito é encorajar experiências sensoriais e motoras mais desafiadoras, que estimulem a criatividade, tanto para bebês quanto para crianças com e sem deficiência, de todas as idades. No Brasil, [o programa Criança e Natureza do Alana publicou um manual com informações sobre os parques naturalizados](#) e com sugestões de implantação – a instituição tem apoiado a implantação de parques nesses moldes em cidades como Fortaleza e Jundiá. Existem, ainda, iniciativas inspiradoras em outros países, como o parque naturalizado do [centro de pesquisa, conservação e educação ambiental, em Vermont, nos Estados Unidos.](#)

Entre as vantagens adicionais estão o fato de que a instalação e a manutenção desse tipo de parque têm um custo menor que o do modelo tradicional e de que eles podem ser erguidos por meio de mutirões e programas de voluntariado, com a participação das crianças e de suas famílias.



Parque naturalizado em Vermont, nos Estados Unidos. Foto: Renata Meirelles

Árvores de subir

Subir em árvores se tornou proibido em muitos espaços, inclusive em praças e parques urbanos. O argumento é sempre o mesmo: evitar os riscos – tanto para as crianças quanto para as árvores. A maior parte das crianças que vivem nos centros urbanos moram em apartamentos ou em casas com quintais cimentados. E mesmo as escolas, em sua maior parte, já não oferecem essa oportunidade. Com isso, apartamos árvores e crianças e tornamos rara uma das experiências mais típicas e afetivas da infância. Para enfrentar essa tendência, vale escolher algumas árvores com galhos mais baixos que estejam próximas ao centro de visitantes, aos campings e em outras áreas de uso mais intensivo dos parques e designá-las como “árvores de subir”, aptas a receber crianças aventureiras.

Em relação à segurança dos pequenos, é importante fazer a distinção entre risco e perigo. Os especialistas alertam que crianças acostumadas à natureza desenvolvem melhor habilidade de fazer gestão de risco – descer um barranco ou saltar de uma árvore, por exemplo. Portanto, quanto mais evitamos riscos na vida da criança (riscos, e não perigos), mais elas se distanciam de aprender a percebê-los e de encontrar formas adequadas de lidar com eles.

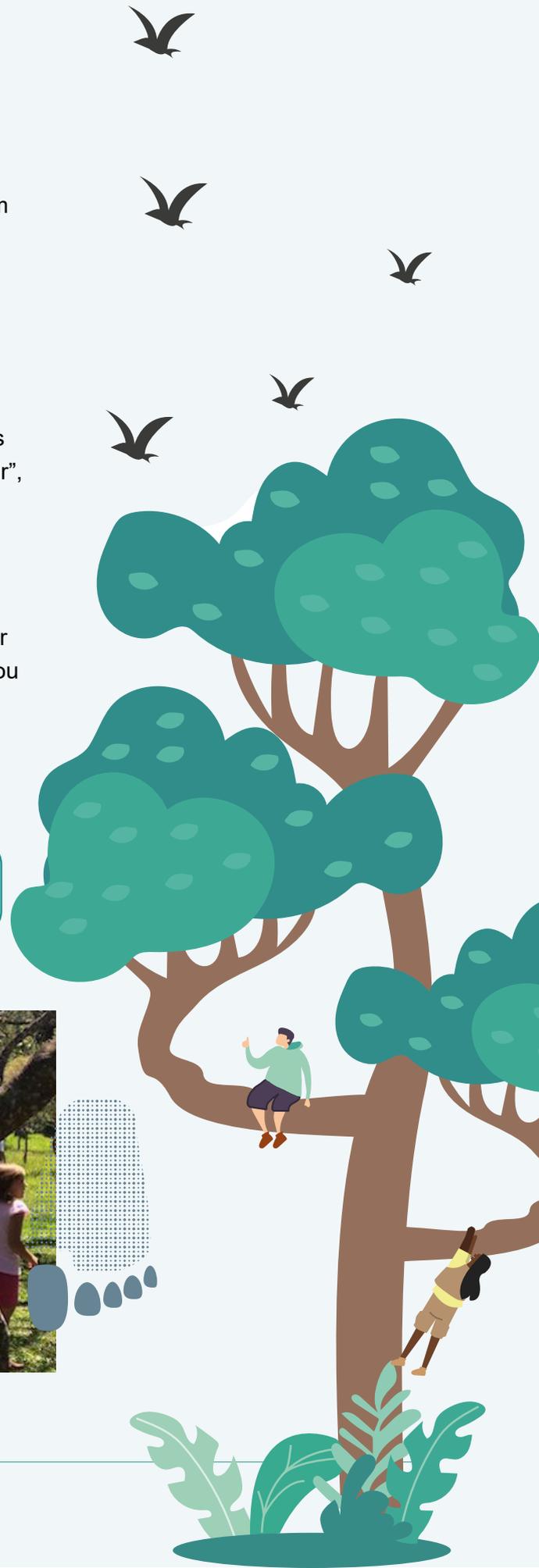
Para mais informações sobre gestão de risco na infância, acesse: <https://www.youtube.com/watch?v=viEiCB5zFGM>



Crianças brincando em uma árvore no Parque Cemucam (Cotia - SP).
Foto: Isabel Amando de Barros

Parques tamanho família:

Um novo olhar sobre a infância nas Unidades de Conservação do Brasil



Estrutura de *camping*

O campismo é um meio de hospedagem e, ao mesmo tempo, um estilo de vida para muitas famílias. Instituições que promovem o campismo e caravanismo no Brasil veem na atividade uma forma de colaborar para uma conexão mais profunda entre as pessoas e a natureza. Acampar também é uma das opções mais acessíveis de férias em família – e das mais divertidas. Muitas UCs no país já disponibilizam áreas para camping, mas o potencial de crescimento da atividade ainda é imenso.

O programa Criança e Natureza publicou um [guia¹⁵](#) com o objetivo de estimular mais famílias a explorarem essa prática, incentivando o acampamento em áreas naturais protegidas. Essa é uma vivência tão especial quanto intensa, e pode ser uma maneira interessante de agregar experiências de natureza à vida das crianças, além de ensejar uma ótima oportunidade para aprender a reconhecer as suas possibilidades e limites, exercitando autonomia e lidando com riscos.

Acampar também é uma das opções mais acessíveis de férias em família – e das mais divertidas.

Com o intuito de tornar os acampamentos mais amigáveis para um maior número de crianças e suas famílias, é importante dispor de áreas seguras, onde seja possível chegar de carro, e que contenham instalações sanitárias, pontos de energia elétrica e outros recursos que apoiam o bem-estar dos pequenos. Como se trata de atividade que requer planejamento prévio, é fundamental informar sobre a estrutura disponível em sítios eletrônicos, mídias sociais e outros canais de comunicação da UC. Caso a UC não possua locais específicos para camping, pode-se adaptar o entorno do centro de visitantes, o qual normalmente já conta com banheiros, luz elétrica e outros insumos facilitadores, especialmente para pais de primeira viagem.

Ampliar ou abrir novas áreas para *camping* é algo que deve ser avaliado no planejamento do uso público, sobretudo nas UCs que estão desenvolvendo estudos de viabilidade para a concessão de serviços de visitação ou delegação de pequenos serviços. Recursos adicionais como aluguel de barracas e outros equipamentos podem ser fornecidos por prestadores de serviço das comunidades vizinhas e de associações parceiras. A oferta desses materiais pode incentivar famílias principiantes na atividade.



Atrativos naturais com baixo risco para crianças

Idealmente, todos os atrativos existentes nas UCs deveriam ser acessíveis para crianças e jovens de todas as idades e a decisão sobre acessá-los ou não (incluindo o dimensionamento de risco e esforço) cabe a cada família. De qualquer maneira, é importante desenhar roteiros que contemplem o conjunto de atividades disponíveis na UC (banhos de rio e de mar, piscinas naturais, trilhas, escalada, mergulho, acesso a cavernas, passeios de barco etc.) e que acomodem as necessidades e especificidades de crianças de diferentes faixas etárias. Assim, pode-se prever mergulho de superfície para crianças maiores, por exemplo, e sobretudo no caso das mais novas, convém providenciar um menor intervalo entre os pontos de parada, o apoio nas trilhas e travessias, passeios de barco mais curtos e com intervalo para banho, dentre outros ajustes.

Programação direcionada às famílias

Organizar eventos, feiras, festivais e outros programas direcionados às famílias em unidades de conservação pode ser uma excelente maneira de atrair quem vive nos grandes centros urbanos e está em busca de um programa diferente com os filhos. Aproveitar datas festivas como o dia das crianças e o aniversário da cidade ou do parque costuma ser um bom pretexto para criar um calendário fixo e “fidelizar” esse público.

A Fundação *Parks Victoria*, na Austrália, por exemplo, tem uma extensa programação para o engajamento de crianças e jovens, e dentre elas, uma “[bioblitz de primavera](#)”, atividade autoguiada em que crianças e suas famílias são convocadas, por meio de um aplicativo, a registrar o maior número de espécies encontradas durante um passeio pelas áreas protegidas. Além da diversão, os registros contribuem com as pesquisas conduzidas na área e para a sua gestão, compondo uma iniciativa de ciência cidadã¹⁶.

A UC pode ainda apoiar ou sediar festivais organizados por outras instituições, como o



*Just So Festival*¹⁷ – na sua versão brasileira, o Just So Brasil – e a campanha [Um Dia no Parque](#), realizada todos os anos durante o mês de junho para celebrar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Realizar atividades de observação de aves e de outras espécies, passeios noturnos com lanternas para contemplar a lua, as estrelas e os cupinzeiros, e oferecer equipamentos para incrementar a interação das crianças com a natureza como binóculos, lupas, coletes, lanternas, cadernos de campo, baldinhos e outros, são uma boa pedida.

As UCs urbanas ou periurbanas podem também ofertar programas para engajar moradores do entorno, como caminhadas e outras atividades físicas ao ar livre dirigidas para adolescentes e jovens. Outras alternativas incluem plantar um jardim de flores para atrair polinizadores, montar um jardim sensorial com ervas aromáticas que permitam explorar fragrâncias, texturas e sabores, além de estabelecer hortas comunitárias.

Programas de afiliação

Crie um programa de “guarda-parques mirins” ou de “pequenos guardiões da grande floresta, ou da grande montanha, da grande caverna, do rio ou mar”.

Nos Estados Unidos, o Serviço Nacional de Parques promove o [Juniors Rangers](#), um programa de afiliação para crianças de 5 a 13 anos. Elas recebem um guia com informações e atividades a serem preenchidas sobre a área protegida e aqueles que completarem corretamente são condecorados com um distintivo e um diploma, que os reconhece como “guarda-parques mirins”. Essas iniciativas engajam e instigam a curiosidade e o cuidado de crianças e adolescentes com as áreas naturais, fortalecendo vínculos emocionais e a sensação de pertencimento.

Grupos de escoteiros, clubes de recreação, estudantes universitários, pesquisadores e outros coletivos de jovens do entorno das UCs podem ser bons parceiros na condução de programas dessa natureza.



Juniors Rangers. Fonte: NPS / Neal Herbert / CC BY-NC 2.0

Programas de voluntariado

Muitas UCs no Brasil – em especial as federais – têm estruturado programas de voluntariado que ampliam o acesso de pessoas com diferentes formações e interesses às áreas protegidas. Esses programas abrem oportunidades para novos aprendizados, contribuem com a efetiva implementação das áreas protegidas e transformam os voluntários em aliados desses espaços.



Criança plantando durante um mutirão de voluntariado no Parque Nacional da Tijuca. Foto: Acervo do Parque Nacional da Tijuca

Diante disso, por que então não criar um programa de voluntariado voltado ao público infanto-juvenil? O Parque Nacional da Tijuca, no Rio de Janeiro, já conta com uma iniciativa nesse sentido. A unidade organiza mutirões direcionados para crianças de várias idades que combinam ações de coleta de sementes, preparação de mudas e plantio com atividades lúdicas, como oficinas de produção de máscaras, pinturas, práticas sensoriais, dentre outras. Essa agenda pode ser executada em parceria com organizações da sociedade civil, coletivos locais e até mesmo com apoio de voluntários na organização e mediação dos eventos. E o mais importante é que a programação reserve um tempo para o brincar livre na natureza!

Programas direcionados ao público escolar

Com a pandemia, desenvolver atividades ao ar livre virou palavra de ordem. Entretanto, muitas escolas públicas e privadas não dispõem de espaços abertos. Esse contexto reforça a oportunidade para que parques e outras UCs – em especial as que estão próximas aos centros urbanos – se tornem um local de aprendizagem contínua a céu aberto.

Assim, podem ser organizadas viagens de campo para estudos do meio em parceria com instituições de ensino e pesquisa, empresas de turismo ecológico ou organizações da sociedade civil. A ideia é estabelecer um programa de aprendizagem baseado tanto no parâmetro curricular nacional, complementar à instrução escolar, quanto na aquisição de outros conhecimentos e habilidades da vida ao ar livre, como observação de aves, geolocalização, taxonomia, espeleologia, mergulho etc.

Outra sugestão é preparar uma sala de aula a céu aberto, com estrutura simples, de fácil implantação e manutenção, que forneça apoio aos alunos e educadores. Isso reafirma a importância desse público para a unidade, que

pode contar com a colaboração e investimento de parceiros privados e concessionárias nessa empreitada. Toda a programação deve ser divulgada para as secretarias de educação e escolas da região e, sempre que possível, convém conceder descontos ou isenção para alunos de escolas públicas.



Criança observa uma lagarta encontrada durante uma “caminhada exploratória” promovida pelo Shenandoah National Park (Estados Unidos). Foto: Woodley Wonderworks / CC BY 2.0



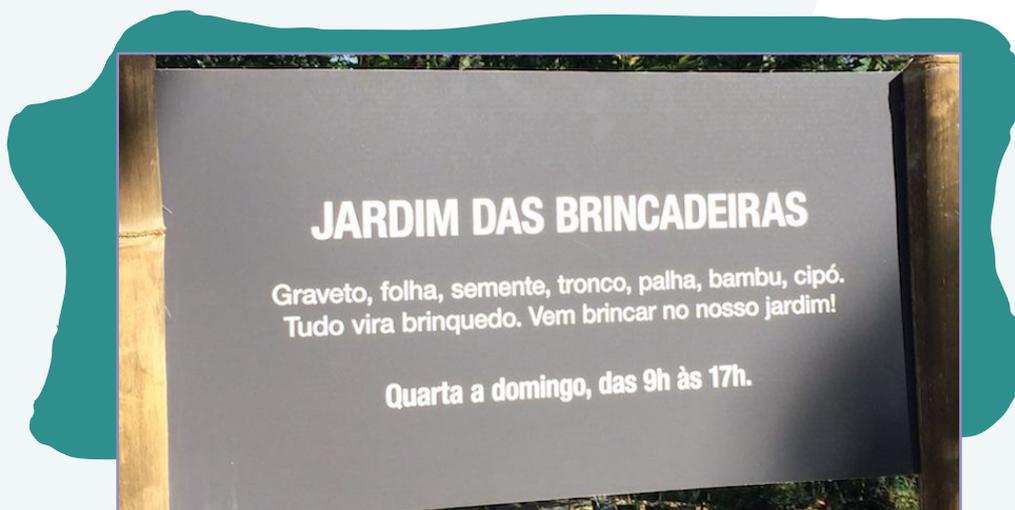
Comunicação e campanhas

A comunicação é um dos aspectos mais importantes para tornar as UCs amigáveis e convidativas para crianças. Manter e divulgar informações atualizadas sobre a estrutura, os atrativos e a programação da UC é fundamental. Um passeio com crianças pequenas requer planejamento e o acesso à informação prévia facilita muito a vida de famílias que buscam programas alternativos ao ar livre, longe dos grandes centros urbanos.

A sinalização indicativa deve priorizar uma

linguagem amistosa, acolhedora e inclusiva. Há que se evitar mensagens proibitivas, que tendem a criar uma barreira entre as pessoas e o local. E a sinalização interpretativa deve ser instigante para as crianças.

Ainda há muito desconhecimento sobre o papel dos parques e reservas e sobre os serviços disponíveis (inclusive de visitação). Portanto, vale a pena criar campanhas informativas e de sensibilização sobre a UC. Sempre que possível, procure articular as ações e campanhas da unidade com o calendário de atividades do município ou da região e tire proveito também de outras campanhas regionais ou nacionais.



Placa com linguagem amigável no parque naturalizado “Jardim das Brincadeiras” do Sesc Interlagos (São Paulo - SP). Foto: Maria Isabel Amando de Barros

E por fim, mas não menos importante: **OUÇA as crianças!** Crie espaços para escutar suas demandas e interesses, seja implantando um “Conselho de Crianças”, elegendo jovens embaixadores da unidade ou ainda consultando-as sempre que for organizar um evento ou uma programação infantil. Lembre-se de que todo programa deve combinar atividades dirigidas com um tempo livre, de contemplação, de encantamento e de ações não guiadas pelos adultos e orientadas apenas pelo desejo e pela curiosidade das crianças.

O caso da Reserva de Salto Morato

A Reserva Natural Salto Morato está localizada em Guaraqueçaba, litoral norte do Paraná, e foi criada em 1994 pela Fundação Grupo Boticário. Reconhecida como uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), a área protege 2253 hectares de um exuberante fragmento de Mata Atlântica, onde a Fundação desenvolve ações contínuas de manejo, pesquisa científica, vigilância e uso público.

Dentre os principais atrativos da Reserva está a cachoeira de quase 100 metros de altura e uma figueira centenária, que atraem visitas coletivas e individuais, de moradores, turistas, observadores de aves, pesquisadores, estudantes e do público em geral. Um dos grupos que mais frequentam o local são alunos das escolas

públicas e privadas do ensino fundamental I (1º ao 5º ano) de Guaraqueçaba e região, que são recebidos com visitas guiadas.

Um olhar atento e sensível da equipe gestora sobre a experiência das crianças na RPPN e sobre as atividades oferecidas identificou uma oportunidade de intensificar esse contato. Decidiram, então, buscar referências sobre a importância da natureza para o desenvolvimento infantil, a relação das crianças com os espaços naturais e as oportunidades de desenvolvimento nesses ambientes. Esse processo envolveu reflexão, discussões e muita dedicação para adaptar um modelo já consolidado de visitação para o público escolar.



Foto: Leonardo Matsuda / CC BY-NC 2.0

O período mais intenso da pandemia, em que a reserva ficou fechada, foi uma circunstância favorável para promover mudanças que, agora, com a abertura gradual, estão sendo testadas. As atividades oferecidas foram ajustadas para torná-las mais “orgânicas”, adequadas aos interesses e motivações das crianças. Hoje os pequenos são recebidos ao ar livre e não mais com uma palestra no centro de visitantes. Além de ser uma vantagem para o momento pandêmico, administrar crianças sentadas em uma sala fechada muitas vezes representava um desafio, já que a curiosidade e as novidades do passeio as deixavam eufóricas.

O caso da Reserva de Salto Morato

Outra mudança importante é que as mensagens e os conteúdos apresentados durante as trilhas agora surgem da demanda e das provocações que as crianças fazem e não veem mais como parte de um roteiro pré-estabelecido. E, ao final do percurso, quando as crianças encontram a majestosa cachoeira do Morato, elas podem desfrutar de um banho de rio e de um tempo de leveza e brincadeira a céu aberto.

Uma alteração relevante também foi a implantação da Trilha das Brincadeiras, inspirado no conceito de parques naturalizados. Com isso, as crianças têm mais alternativas para criar brincadeiras, se movimentar e aproveitar o trajeto de um modo mais divertido. Os brinquedos foram planejados e instalados pela própria equipe da RPPN, que lançou mão de restos de madeira e outros materiais disponíveis, diminuindo, assim, os custos de implantação. Os funcionários contam ainda com o apoio dos voluntários da unidade, que passaram por um processo

de formação estruturado pela equipe gestora, acerca dos benefícios da relação entre criança e natureza.

Esse percurso levou a uma reflexão sobre outros aspectos associados à visitação, como a altura das maquetes expostas no centro de visitantes, o teor e o formato das informações apresentadas e a sinalização ao longo da trilha. Esses quesitos estão sendo revistos e adaptados, o que deve contribuir para tornar a experiência na reserva mais amigável para as crianças e seus familiares.

A equipe da unidade tem promovido um processo de capacitação para os professores de escolas parceiras. O intuito é ressaltar os benefícios da experiência na natureza e do tempo para brincadeiras não estruturadas, mostrando o quanto eles impactam no desenvolvimento, na própria aprendizagem e – não menos importante – na construção de vínculo e afeto com a floresta e sua biodiversidade.

4. Considerações finais



Os parques nacionais e outras categorias de UC têm o poder de inspirar, em cada um de nós, sentimentos de admiração, encantamento e orgulho pelas belas paisagens e pelos aspectos históricos e socioculturais a elas associados. Além da sua importância para a proteção da sociobiodiversidade e para a produção de serviços ambientais, é preciso reconhecer e valorizar o papel das áreas protegidas na promoção de saúde e bem-estar e na conexão entre crianças e natureza.

As experiências vividas nessas áreas podem contribuir para criar vínculos emocionais, com consequências positivas tanto para as crianças quanto para os parques. Em um mundo em crescente transformação, as UCs são, talvez, os espaços mais seguros para a construção de memórias afetivas. O fato de serem criadas em regime de perpetuidade permite que os nossos netos possam vir a conhecer aquela cachoeira ou aquela travessia que embalaram a nossa infância ou a de nossos filhos.

Contudo, as áreas protegidas carecem de apoio social. Não são poucos os projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional e nas assembleias estaduais a cada legislatura buscando reduzir, recategorizar ou extinguir unidades de conservação em todos os estados e biomas. Essa é mais uma razão pela qual nossas UCs precisam se tornar relevantes na vida cotidiana das pessoas, das famílias e das comunidades, especialmente daquelas que vivem mais próximas.

Ampliar a visitação nas áreas protegidas é, portanto, um desafio que se impõe para gestoras e gestores. O número de visitantes, em ascensão nas UCs federais antes da pandemia – tendo chegado ao patamar de pouco mais de 15 milhões em 2019¹⁸ –, sofreu

queda nos anos subsequentes à chegada da Covid-19 ao país. E, mesmo tendo um dos maiores sistemas de áreas protegidas do mundo, com toda a sua diversidade de oportunidades, biomas e paisagens, o Brasil ainda está aquém de muitos países, quando se trata do número de visitantes em unidades de conservação.

Por outro lado, o isolamento social imposto pela pandemia fez crescer nas pessoas a percepção sobre a importância da vida ao ar livre e do contato diário com a natureza. É certo que parques urbanos e outras áreas protegidas são parte da solução para a promoção de bem-estar e a recuperação do estresse pós-traumático que vivemos, coletivamente, com a Covid-19.

Um alerta emitido pela Sociedade Brasileira de Pediatria, com apoio do programa Criança e Natureza do Instituto Alana, sobre o papel da natureza na recuperação da saúde e do bem-estar das crianças e adolescentes durante e após a pandemia salienta que o público infanto-juvenil está experimentando e sentindo o impacto da Covid-19 de maneiras diferentes. Segundo os autores, ainda será preciso dimensionar os efeitos emocionais, físicos e cognitivos do longo tempo de isolamento decorrente da pandemia (SBP, 2021). O documento preconiza o contato mais íntimo e diário (de pelo menos uma hora) com ambientes abertos e naturais como parte do enfrentamento desses desafios e destaca a necessidade de se apoiar iniciativas da sociedade civil e políticas públicas destinadas a aumentar o acesso das crianças e das famílias, especialmente as mais vulneráveis, à natureza, ao ar livre e às ações de conservação das áreas naturais (SBP, 2021).

Essa visão é corroborada por Whaitaka e colaboradores (2021), que lideraram uma revisão global sobre os impactos da Covid-19 nas áreas protegidas e conservadas. A cooperação entre diversos setores é fundamental para melhorar o financiamento e a proteção dessas áreas, bem como para ampliar o reconhecimento por parte da sociedade sobre o seu papel para evitar o surgimento de novas pandemias e para promover sociedades mais saudáveis (Whaitaka et al., 2021).

Ou seja, por todos os lados são fartas as evidências que levam a uma verdade inegociável: as unidades de conservação devem estar presentes na construção das memórias e dos afetos da população, em especial, das crianças brasileiras de todas as origens e classes sociais. Trata-se de uma relação simbiótica fundamental também para que as áreas protegidas se tornem motivo de orgulho para brasileiras e brasileiros de todas as gerações.

Referências



Notas Explicativas:

¹ Painel Unidades de Conservação Brasileiras. Disponível em: <https://app.powerbi.com/w?r=eyJrIjoimjUxMTU0NWMTODkyNC00NzNiLWJiNTQ0tNGI3NTI2NjliZDkzliwidCI6IjM5NTdhMzY3LTZkMzgtNGMxZi1hNGJhLTMzZThmM2M1NTBINyJ9>. Acesso realizado em 06/09/2021.

² Pinto, L.P. ICMS Ecológico e as Unidades de Conservação Municipais da Mata Atlântica. Fundação SOS Mata Atlântica. São Paulo, 2019.

³ Pinto, L. P.; Costa, C. M. R. Unidades de Conservação Municipais do Cerrado. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

⁴ População rural e urbana. Educa IBGE. <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18313-populacao-rural-e-urbana.html>.

⁵ Children & Nature Network. In: <https://www.childrenandnature.org/>, acesso realizado em 21/09/2021.

⁶ Convenção dos Direitos Unicef. da Criança e Protocolos Facultativos: https://www.unicef.pt/media/2766/unicef_convenc-a-o_dos_direitos_da_crianca.pdf.

⁷ A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) é um tratado da Organização das Nações Unidas e um dos mais importantes instrumentos internacionais relacionados ao meio ambiente, do qual o Brasil é signatário. Para saber mais: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade/convencao-sobre-diversidade-biologica>

⁸ A Promessa de Sydney foi o documento produzido durante o Congresso Mundial de Parques, ocorrido na Austrália em 2014. Ele define uma agenda audaciosa e urgente com recomendações de diversos atores, para que o desenvolvimento humano possa acontecer cada vez mais em harmonia com a conservação da natureza e dos modos de vida tradicionais. Para saber mais: <https://www.wwf.org.br/?42522/Congresso-mundial-traa-futuro-para-reas-protegidas>.

⁹ O Fórum Parks for the Planet é uma plataforma colaborativa para transformar liderança e ação, lançada pelo Seminário Global de Salzburg e pela IUCN em 2015. O Fórum combina um evento anual de alto nível para catalisar investimento e inovação sobre como posicionar natureza no cerne da saúde humana e bem-estar, segurança e prosperidade em todo o planeta. Em 2016 o Congresso Mundial da IUCN endossou o Desafio de Salzburg sobre Natureza e Saúde e uma Nova Geração Urbana, que inspirou a Declaração de Salzburg sobre crianças. Para saber mais: https://www.salzburgglobal.org/fileadmin/user_upload/Session_574/SalzburgGlobal_Statement_574_Child_in_the_City.pdf

¹⁰ National Parks Foundation (Fundação Nacional de Parques) é a principal organização social associada ao Serviço Nacional de Parques dos Estados

¹¹ World Urban Parks é uma organização internacional que atua com a agenda de parques urbanos, espaços abertos e o setor de recreação. <http://www.worldurbanparks.org/en>

¹² A Coalizão Pró Unidades de Conservação da Natureza (Pró-UC) é uma rede de instituições da sociedade civil que tem como objetivo promover, junto à sociedade, o que consideramos as melhores e mais eficientes formas de proteger e conservar o patrimônio natural brasileiro, para essa e as futuras gerações. Para tanto, impulsiona a articulação entre os setores, o debate junto à sociedade e o desenvolvimento de estratégias para o fortalecimento das unidades de conservação (UCs) em todo o território nacional. <https://www.unidoscuidamos.com/>

¹³ O termo “Desenho Universal” é usado para o projeto de produtos, serviços e ambientes que possam ser usados por todos, da maneira mais independente e natural possível, no maior número de situações, sem a necessidade de adaptação, modificação, uso de dispositivos de assistência ou soluções especializadas. <https://guiaderodas.com/desenho-universal/>

¹⁴ LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm

¹⁵ O guia foi publicado em parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Coalizão Pró-UC, a Macamp e a Outward Bound Brasil.

¹⁶ Ciência cidadã é baseada na parceria entre cientistas e cidadãos que, trabalhando juntos, conseguem otimizar a produção científica. Para saber mais: <https://www.sibbr.gov.br/cienciacidade/oquee.html>

¹⁷ Um festival anual ao ar livre, direcionado às famílias com crianças, que combina campismo e vida ao ar livre com literatura, artes, teatro, dança, música e muitas iniciativas dirigidas às crianças. No Brasil, o festival sedia sua quarta edição em 2021.

¹⁸ Painel dinâmico das Unidades de Conservação federais. http://qv.icmbio.gov.br/QvAJAXZfc/opedoc2.htm?document=painel_corporativo_6476.qvw&host=Local&anonymous=true. Acesso realizado em 12 de outubro de 2021..

Bibliografia:



BARROS, M.I.A. (Org). [Desemparedamento da infância - A escola como lugar de encontro com a natureza](#). Instituto Alana, Rio de Janeiro. 2018.



BARROS, M.I.A. (Org). [Benefícios da natureza no desenvolvimento de crianças e adolescentes. Manual de orientação - Grupo de trabalho em saúde e natureza](#). Sociedade Brasileira de Pediatria & Instituto Alana. 2019.



CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY (CDB). [Recommendations for increased focus on connecting people with nature to inspire enhanced action on biodiversity conservation](#). CBD/COP/14/INF/20 5. November. 2018.



GIUTSI et al. A Framework to assess where and how children connect to nature. *Frontiers in Psychology*. January. 2018.



HOCKINGS, M. et al. [Editorial essay: Covid-19 and protected and conserved areas](#). *Parks*. Vol. 26 (1). May. 2020.



INGOLD, T. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Vozes, 2015.



LOUV, R. *A última criança na natureza: resgatando nossas crianças do transtorno de déficit de natureza*. 1ª.ed. São Paulo: Aquariana, 2016.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). [Rovuc. Rol de oportunidades de visitação em unidades de conservação](#). Brasília – DF. ICMBio. 2020.



PYLE, R. M. [Nature matrix: reconnecting people and nature](#). *Oryx* Vol 37 (2). April. 2003.



SILVA, L.R. & BARROS, M.I.A (org). [O papel da natureza na recuperação da saúde e bem-estar das crianças e adolescentes durante e após a pandemia de Covid-19](#). Alerta emitido pela Sociedade Brasileira de Pediatria, com apoio do Programa Criança e Natureza, do Instituto Alana. 2021.



SOUZA, T. V. S. B.; SIMÕES, H. B. [Contribuições do turismo em unidades de conservação federais para a economia brasileira](#) - Efeitos dos gastos dos visitantes em 2018: Sumário Executivo. ICMBio. Brasília. 2019.



SHAW, K., ANDERSON, D.M., BARCELONA, B. [Parental perceptions of constraints to family participation in nature-based, outdoor experiences](#). *Journal of Outdoor Recreation, Education, and Leadership*, 7(1), 3-19. 2015.



[THE WORLD BANK. BANKING ON PROTECTED AREAS: Promoting sustainable protected area tourism to benefit local economies. Washington, DC. 2021.](#)



[UNICEF. The Necessity of urban green space for children's optimal development. Discussion paper. s/d.](#)



[WORLD HEALTH ORGANIZATION and SECRETARIAT of the CONVENTION on BIOLOGICAL DIVERSITY. Connecting global priorities: biodiversity and human health: a state of knowledge review. 2015.](#)



Leituras Complementares:



[Parques&Sociedade - Por uma infância conectada à natureza: orientações para a melhoria das experiências das crianças em áreas verdes](#)

A revista apresenta um artigo que propõe um modelo conceitual para auxiliar escolas, parques e outras organizações a avaliar se uma área verde ou as atividades nela desenvolvidas podem fomentar a conexão das crianças com a natureza. A ideia é que o instrumento proposto possa subsidiar políticas públicas e práticas de gestão, que estimulem a conexão entre crianças e natureza.



[Guia Acampando com Crianças](#)

Esse guia tem como objetivo incentivar mais pessoas a experimentarem uma maneira pouco frequente de incluir natureza na vida das crianças no Brasil: acampar em áreas naturais protegidas. Ele apresenta várias dicas de onde ir, o que levar e como acampar com crianças.



[O que brincar ao ar livre tem a ver com conservação da natureza?](#)

Esse material traz uma síntese sobre os benefícios do encontro entre criança e natureza e algumas sugestões para famílias, educadores e gestores de áreas naturais para favorecer esse encontro.



[Parques naturalizados – paisagens para o Brincar](#)

A publicação que aborda um pouco mais sobre o conceito de parques naturalizados, seus benefícios, além de orientações sobre implantação, instalação e manutenção.



Sites Internacionais:



[Every Kid Outdoors](#) (Todas as crianças ao ar livre)

Iniciativa do governo americano para incentivar a vida ao ar livre para as crianças, com sugestões sobre como planejar uma visita a uma área natural protegida, programas de aprendizagem, atividades de campo, etc.

[Natural Learning Initiative](#) (NLI – Iniciativa de Aprendizagem Natural)

O NLI é uma unidade de pesquisa e desenvolvimento profissional do College of Design, NC State University, nos Estados Unidos. Trabalha para promover a importância do ambiente natural na experiência diária de todas as crianças, por meio do design ambiental, da pesquisa-ação, da educação e da disseminação de informações.

[Vermont Institute of Natural Science](#) (Instituto Vermont de Ciência Natural)

Um centro de pesquisa, reabilitação e atividades de ciência, educação e sensibilização ambiental para crianças e jovens, com programas muito inspiradores de aprendizagem ativa baseadas na natureza.

[Children Nature Network](#) (Rede Criança e Natureza)

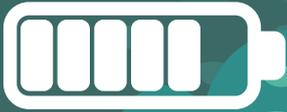
Uma organização que apoia e mobiliza líderes, educadores, ativistas, profissionais e pais que trabalham para reaproximar crianças da natureza, e para aumentar o acesso seguro e equitativo ao mundo natural. O site dispõe de uma série de informações, estudos e projetos relacionados ao tema infância e áreas naturais.

[National Parks Trust](#)

É uma fundação ligada aos parques americanos que atua para apoiá-los e para engajar crianças e jovens de comunidades carentes com as áreas protegidas. Desenvolve programas de voluntariado e jovens embaixadores das áreas.

[Victoria Walks](#)

Uma instituição australiana que trabalha com promoção da saúde baseada em evidências, e que busca influenciar na caminhada e na “caminhabilidade” dos espaços públicos. Desenvolve programas voltados para a formação de jovens lideranças, sempre voltado para a vida ao ar livre.



Realização:



Apoio:

Por ordem do



Ministério Federal
do Meio Ambiente, Proteção da Natureza
e Segurança Nuclear

Por meio da:



da República Federal da Alemanha